

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT-03 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DO LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECA DE SÃO PAULO

Ricardo Queiroz
Universidade de São Paulo (USP)

Marco Antonio Almeida
Universidade de São Paulo (USP)

SOCIAL PARTICIPATION IN THE CONSTRUCTION OF THE MUNICIPAL PLAN OF THE BOOK, READING, LITERATURE AND LIBRARY OF SÃO PAULO

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: o texto propõe-se a analisar o histórico da construção Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de São Paulo sob a perspectiva dos seus atores. O processo de construção do Plano começou a ser erigido no ano de 2012 por profissionais e militantes de diversos segmentos do livro e leitura. A participação social foi um dos elementos centrais da elaboração do Plano e deu a oportunidade para bibliotecários, professores, editores, livreiros, mediadores de leitura e outros profissionais e militantes do livro e leitura, se encontrarem, debaterem, criarem sínteses de acordo com suas demandas e reivindicações. O caráter popular da construção do Plano mostrou a dimensão e a importância da participação direta na elaboração de políticas públicas e a importância de dar espaço e voz para os diversos agentes do livro e leitura na confecção de leis e regulamentações que impactam em suas atividades. Os principais agentes desse processo foram os saraus da periferia, as bibliotecas comunitárias, as editoras, os livreiros independentes e os profissionais de variadas áreas que atuaram em conjunto com os trabalhadores do setor público, membros do Executivo e Legislativo no grupo de trabalho criado para elaborar o documento final.

Palavras-Chave: Política Cultural; Política Pública do Livro e Leitura; Apropriação Social da Informação.

Abstract: the text proposes to analyze the historical construction of the Municipal Plan of the Book, Reading, Literature and Library of São Paulo under the perspective of its actors. The process of building the Plan began to be erected in the year 2012 by professionals and activists from various segments of the book and reading. Social participation was one of the central elements in the preparation of the Plan and gave the opportunity for librarians, teachers, publishers, booksellers, reading mediators and other professionals and book and reading activists to meet, discuss and create syntheses according to their demands and claims. The popular character of the Plan construction showed the dimension and importance of direct participation in the elaboration of public policies and the importance of giving space and voice to the various agents of the book and reading in the

making of laws and regulations that impact on their activities. The main agents of this process were the peripheral services, community libraries, publishers, independent booksellers and professionals from various areas who worked together with public sector workers, members of the Executive and Legislative in the working group created to elaborate the plan.

Keywords: Cultural Policy; Literature, Reading Policy; Social Appropriation of Information.

1 INTRODUÇÃO

A elaboração e a aplicação das políticas públicas acontecem no âmbito dos três entes federativos: União, Estados e Municípios, com peso e efetividade diferentes em cada um deles. A Constituição de 1988 estabelece o papel de cada ente federativo em diversas áreas: saúde, educação, moradia, etc. algumas com mais precisão, outras de forma vaga, através de artigos específicos no próprio texto ou de regulamentação posterior. As políticas do livro e leitura estão na confluência das áreas de cultura e educação, configurando muitas vezes situações carentes de regulamentação.

A efetiva aplicação das políticas públicas para o livro e leitura se dá principalmente no âmbito dos municípios. As ações estão vivas e presentes tanto nos lugares tradicionais que lhe são conferidos, a sala de aula, em bibliotecas (públicas ou escolares), nas residências, em espaços alternativos, na cidade como um todo, respeitando a dinâmica de cada local e dos profissionais, militantes e cidadãos que neles atuam e deles usufruem. Políticas de Leitura são instrumentos de mediação da informação estratégicos e fundamentais no acesso à informação e para ampliação da cidadania cultural.

Este texto propõe-se a analisar o histórico da construção Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de São Paulo sob a perspectiva dos seus atores. Tratamos, aqui, do processo de construção de uma política do livro e leitura que para responder minimamente às demandas reais, deve levar em consideração os campos de disputa, os interesses de classe, as incongruências do processo econômico e os objetivos institucionais que estão demarcados tanto no desenvolvimento das instituições públicas educacionais e culturais, quanto no acesso e fruição dos serviços prestados à população. Não há política pública neutra, ela sempre vai contradizer interesses de grupos e segmentos, ora com mais equilíbrio, ora com menos, o que estabelece o peso dessa equação é a forma de participação social implicada em sua elaboração.

Entre o primeiro semestre de 2012 e o final de 2015, foi construído, no município de São Paulo, o Plano Municipal do Livro e Leitura, que durante o processo de discussão tomou o nome de Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca. Como em 1935, na gestão de Mário de Andrade, a Secretaria de Cultura de São Paulo (que se originou no seminal Departamento) é a protagonista e a principal proponente, juntamente com a Secretaria de Educação, de uma política pública para o livro e a leitura para a cidade de São Paulo. O que difere essa construção dos outros períodos e de suas respectivas leis e

regulamentações da histórica Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, foi que a demanda e a conseqüente pressão para que ela fosse aprovada, partiu de um movimento predominantemente composto pela sociedade civil. Foram os militantes, profissionais e cidadãos que exercem diversas funções na área do livro e leitura que começaram a compor o PMLLL, no ano de 2012, sem a presença do Poder Público. Este texto apresenta sinteticamente o percurso histórico desse processo, tecendo considerações sobre os aspectos que marcam seu ineditismo enquanto política cultural voltada para o livro e a leitura, bem como seus desdobramentos e legado.

2 PRIMEIROS PASSOS

Em 2006, o Governo Federal, em uma cooperação entre o MinC e o MEC, oficializou por meio da Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2006, a criação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). O documento com o texto final foi aprovado em 19 de dezembro de 2006, em reunião da Câmara Setorial do Livro e Leitura (CSLL), com a participação de representantes indicados pelos dois ministérios e representantes da sociedade civil.

Iniciado em 2009, o programa “O Livro e a Leitura nos Estados e Municípios” visava fomentar a elaboração de planos estaduais e municipais do livro e da leitura, mobilizando e assessorando as administrações locais para o seu desenvolvimento e implantação com base em planejamento participativo, a ser desenvolvido com a sociedade e com os gestores locais das áreas de cultura e educação. A recomendação para que os planos municipais e estaduais fossem confeccionados estão presentes em todos os documentos relativos ao PNLL. A importância dos planos locais está expressa no contexto em que o plano foi desenvolvido. Uma das intenções subjacentes à construção das políticas culturais no âmbito do governo Lula foi a facilitação da sua aplicação nos locais onde as ações são desenvolvidas. Portanto, o PNLL, sem seus pares estaduais e municipais, não se justifica e perde totalmente o sentido.

Foi dentro dessa lógica que o PMLLL de São Paulo foi se moldando. A descentralização e a participação popular. A tensão permanente entre Estado e Sociedade Civil, que subjaz interesses conflituosos e formas diversas de tratar gestão, orçamento, prioridades. Os atores que compuseram os grupos de trabalho, as plenárias, as audiências públicas e dos debates abertos do PMLLL traduzem essa realidade.

No dia 09 de maio de 2013, houve a quarta reunião oficial do Grupo de Discussão (GD), que contou com a presença do então assessor especial para leitura do governo Haddad, o filósofo e professor Ricardo Musse, - um dos articuladores do Plano de Governo no setor da cultura - juntamente com a Coordenadora do Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB), Zenita Monteiro. Nessa reunião foram reiteradas as reivindicações do documento protocolado por ocasião da campanha eleitoral, com ênfase na elaboração e implantação do PMLL.

Atentemos para o fato de que, naquele momento, a articulação entre o poder público e a sociedade civil passou a ter caráter institucional e formal, começando a ganhar reconhecimento e compromisso. Até então, as tratativas eram informais, como nos contam Rocha (2016)¹ e Nalles (2016)², em seus depoimentos para esta pesquisa. O GD tinha em sua composição original a participação de funcionários públicos, mas estes não tinham a incumbência de representar, oficialmente, as instâncias governamentais em que atuavam. Sua participação era totalmente apartada de suas atribuições oficiais. Os funcionários participavam como militantes e profissionais do setor, mas sem nenhum compromisso oficial.

A Liga das Editoras Brasileiras (LIBRE) - entidade que representa as editoras independentes e que atua, politicamente, como um contraponto às entidades hegemônicas do mercado editorial, como a Câmara Brasileira do Livro (CBL) - promoveu no dia 18 de maio de 2013 um debate público sobre o livro e leitura. O debate integrou a programação da Virada Cultural, que acontece desde o ano de 2006, na cidade de São Paulo³.

O referido debate foi realizado na Praça Mário Martins, em uma noite de sábado, ao ar livre como a maioria dos eventos da Virada Cultural, no cruzamento entre as ruas Consolação e Martins Fontes na região central da cidade de São Paulo. A praça fica próxima à Biblioteca Mário de Andrade, um dos lugares mais emblemáticos do livro e leitura na cidade.

¹ Entrevista realizada com Sueli Nemen Rocha, bibliotecária, gestora, concedida ao autor em 02/02/2016.

² Entrevista de Waltemir Jango Nalles, bibliotecário e gestor público, concedida ao autor em 29/01/2016.

³ Programação oficial da Virada Cultural, 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/viradaculturaloficial/>>. Acessado em 15/05/2016 e notícia sobre o Debate sobre o livro e a leitura no âmbito da Virada Cultural, 2013. Disponível em: <<http://mudarsaopaulo.blogspot.com.br/2013/05/virada-cultura-debate-democratizacao-do.html>>. Acessado em: 15/05/2016.

No dia 13 de setembro de 2013, foi promovido o “Primeiro Encontro Municipal do Livro e da Leitura do Município de São Paulo”⁴, que reuniu representantes do poder público e da sociedade civil: o Secretário-Adjunto Municipal de Cultura, Alfredo Manevy; o Diretor de Orientação Técnica da Secretaria Municipal de Educação, Fernando José de Almeida; o Secretário-Executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (MinC), José Castilho de Marques Neto; a Coordenadora-Executiva do Centro de Cultura Luiz Freire (PE), Cida Fernandez; e o Coordenador do Programa “Prazer em Ler” do Instituto C&A, Volnei Canônica.

Estavam entre os participantes do Encontro, os membros do GD, diversos militantes e trabalhadores do livro e leitura. Segundo Mayer (2016)⁵, o Encontro foi patrocinado pelo LiteraSampa, que utilizou os recursos repassados pelo Instituto C&A, em uma das linhas de atuação do programa “Gostar de Ler”. A organização ficou a cargo dos membros do GD. O poder público, por meio da SMC, cedeu a Sala Adoniran Barbosa do Centro Cultural de São Paulo. Até aquele momento, o poder público só atuava em torno das articulações do PMLL, quando provocado, sem grande ênfase.

Ao final das intervenções, foi estabelecido o compromisso formal entre o poder público e a sociedade civil para a instituição, de maneira rápida, do Grupo de Trabalho (GT) para a elaboração do PMLL. O GT teria como base de sua composição os membros do GD, sendo ampliado com a participação do poder público, enfim estava formalizada a parceria entre poder público e sociedade civil.

3 DESENVOLVIMENTO

Logo no início de 2012, foi a sociedade civil quem se articulou e iniciou o debate sobre a possibilidade do Plano Municipal do Livro e Leitura (PMLL) ser instituído na cidade de São Paulo. A primeira iniciativa concreta partiu de um grupo de profissionais e militantes da área do livro e leitura que começou a se reunir regularmente na sede do Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (IBEAC)⁶ na zona oeste paulistana. O objetivo em comum era o de discutir várias questões sobre seus projetos e trajetórias, tendo como ponto comum buscar encontrar soluções para dar continuidade aos mesmos, trocar experiências

⁴ Notícia sobre o “Primeiro Encontro Municipal do Livro e da Leitura do Município de São Paulo”, no sítio na *internet* da LIBRE. Disponível em: <<http://libre.org.br/noticia/86/sao-paulo-promove-encontro-para-definicao-do-plano-municipal-do-livro-e-leitura>>. Acessado em 14/05/2016.

⁵ Entrevista realizada com Isabel dos Santos Mayer, educadora e ativista dos direitos humanos, concedida ao autor em 07/03/2016.

⁶ Sítio do IBEAC. Disponível em: <<http://www.ibeac.org.br/>>. Acessado em 02/05/2016.

profissionais, discutir políticas públicas condizentes e, principalmente, buscar formas de qualificar e estender a relação com o poder público. O grupo envolvido nas discussões embrionárias do PMLL era bastante heterogêneo, composto por: educadores, professores, bibliotecários, gestores, assistentes sociais, mediadores de leitura, jornalistas e pessoas interessadas em literatura. A primeira etapa de articulação do GD serviu para sedimentar e integrar o grupo das instituições privadas e do terceiro setor com alguns funcionários do SMB. É correto esclarecer que a atuação dos funcionários públicos naquele momento era totalmente informal, sem o sentido de representação do poder público nesta interlocução, ou qualquer tipo de aval por parte das chefias das repartições públicas nas quais eles atuavam. O objetivo mais nítido, que tornava o GD uma ação de todos, algo em comum, era se aproximar e pressionar o poder público para iniciar o processo de construção do Plano Municipal do Livro e Leitura.

A presença de profissionais do setor público e do terceiro setor debatendo conjuntamente no GD, possibilitou um importante e inédito diálogo entre partes que nunca dialogavam. Reforçou a percepção da distância existente, da desarticulação entre os setores e da histórica ausência de participação social nas decisões sobre as políticas públicas.

Naquele momento, o foco central dos trabalhos e tratativas do GD era o de formular propostas para a área do livro, leitura e literatura com o objetivo entregá-las aos candidatos a prefeito a fim de que compusessem o programa de governo dos mesmos. Aos poucos as pautas foram sendo organizadas, sistematizadas, registradas e as discussões estendidas a outras instituições e profissionais. Logo, o grupo percebeu que o ponto em comum era de fato a consciência da necessidade de uma política pública que integrasse os vários grupos e instituições que trabalhavam com leitura na cidade, a reivindicação do Plano Municipal do Livro e Leitura, passou a ocupar a maioria do tempo e das preocupações do GD.

Nas reuniões do GD decidiu-se que uma das reivindicações a serem levadas aos candidatos a Prefeito daquele ano seria o compromisso de instituir um grupo de trabalho para a construção do Plano Municipal do Livro e Leitura. E, ato contínuo, foi lançada a petição eletrônica “Eu apoio o PMLL em São Paulo”, que circulou nas redes sociais entre os segmentos do livro, leitura, literatura e com isso ampliou o debate sobre a necessidade de um plano para São Paulo.

Eram dois, os principais objetivos para o envio dos documentos aos comitês eleitorais:

- 1) que as reivindicações expressas fossem consideradas e passassem a compor os

respectivos programas de governo; e, 2) que o PMLL fosse considerado e atrelado aos compromissos de campanha de ambos os candidatos.

Além do GD, outros atores se articularam, naquela campanha eleitoral, para reivindicar avanços na área do livro e leitura, entre eles o Fórum Mudar São Paulo de Cultura e Educação⁷. Em 2012, o Fórum formulou um documento reivindicatório⁸ elencando sugestões relativas às políticas do livro e leitura e entregou ao candidato a Prefeito Fernando Haddad e à candidata à Vice-prefeita Nádia Campeão, no dia 09 de setembro de 2012, em ato público realizado em frente à Biblioteca Mário de Andrade. O documento continha sete propostas fundamentais:

1. a democratização efetiva do livro e da leitura;
2. tornar o livro e a leitura parte da vida cotidiana dos moradores, crianças, jovens e adultos, de todos os bairros da capital, particularmente os mais carentes;
3. o impacto positivo do livro e da leitura na vida dos cidadãos;
4. a disseminação de bibliotecas públicas vivas e dinâmicas e de livrarias de rua nas periferias eleva a qualidade de vida dos bairros e de seus cidadãos;
5. O papel do poder público em propiciar condições para que os bairros de nossas periferias superem a condição de bairros-dormitório e se convertam em centros de vivência coletiva com real qualidade de vida;
6. a leitura como instrumento de qualificação da sociedade que impacta na solução dos problemas coletivos;
7. a necessidade de uma política pública municipal do livro e da leitura claramente definida, com metas estabelecidas para curto, médio, longo e longuíssimo prazos, que envolva as várias Secretarias do governo municipal.

Até aquele momento, o “Fórum” mantinha uma dinâmica independente do GD do PMLL. Eram movimentos paralelos, com pessoas que atuam conjuntamente em certos contextos. Ambos os grupos se juntariam, finalmente, em 2013, para integrar o grupo de discussão (GD) para construção do PMLL. Estas ações em separado demonstram os aspectos positivos e negativos da fragmentação das lutas da sociedade civil. Se por um lado indicam uma diversidade na mobilização por reivindicações.

Em 28 de novembro de 2013, o GD lançou uma página específica na rede social *Facebook*, com o título de “Livro e Leitura para todos: por um PMLL para São Paulo”⁹. A primeira postagem da página, na data de abertura, discorreu sobre a segunda reunião oficial

⁷ Site do Fórum Mudar São Paulo de Cultura e Educação: <http://mudarsaopaulo.blogspot.com.br/> (acessado em 05/08/2017).

⁸ Por uma política do livro e incentivo a leitura para a cidade de São Paulo. Disponível em: <http://mudarsaopaulo.blogspot.com.br/2012/08/ilustracao-joao-pinheiro-mudar-sao.html?view=classic>. Acessado em 07/08/2017.

⁹ Fanpage no Facebook “Livro e Leitura para todos: por um PMLL para São Paulo”. Disponível em: <https://www.facebook.com/pmlisp/>. Acessado em 07/08/2017.

do Grupo de Discussão, na qual foram decididas duas ações: a organização de uma manifestação literária para promover o PMLL e o envio de um documento comunicando a criação do GD para vereadores paulistanos.

A mobilização em torno do PMLL, no contexto das eleições para Prefeito de São Paulo, em 2012, provocou uma politização inédita no debate do livro e leitura na cidade. Os pontos de reivindicação não eram genéricos e pontuais, a principal questão reclamada era uma política pública do livro e leitura para a cidade. No entanto, o elo entre a sociedade civil e o poder público ainda era frágil e inconsistente. O PMLL não havia entrado na pauta do governo municipal, não havia sido incorporado como meta prioritária de governo. A necessidade de formalização e de institucionalização dos trabalhos e estipulação de uma agenda, já era há muito tempo percebida pelos membros do GD. Para iniciar, efetivamente, os trabalhos para a construção do Plano Municipal do Livro e Leitura, a condição básica era assegurar o envolvimento e o reconhecimento em caráter oficial dos trabalhos por parte do Poder Público.

No primeiro semestre de 2013, o GD continuou as suas tratativas, mobilizações e articulações políticas em torno da elaboração do PMLL. O grupo atuava em várias frentes: nas interlocuções com o poder público, nos debates com outras cidades nas quais o Plano estivesse sendo elaborado (Porto Alegre, Salvador, Recife) e nas ações articuladas com as universidades.

No dia 13 de setembro de 2013, foi promovido o “Primeiro Encontro Municipal do Livro e da Leitura do Município de São Paulo”¹⁰, que reuniu representantes do poder público e da sociedade civil: o Secretário-Adjunto Municipal de Cultura, Alfredo Manevy; o Diretor de Orientação Técnica da Secretaria Municipal de Educação, Fernando José de Almeida; o Secretário-Executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (MinC), José Castilho de Marques Neto; a Coordenadora-Executiva do Centro de Cultura Luiz Freire (PE), Cida Fernandez; e o Coordenador do Programa “Prazer em Ler” do Instituto C&A, Volnei Canônica. Estavam entre os participantes do Encontro, os membros do GD, diversos militantes e trabalhadores do livro e leitura. Segundo Santos (em depoimento), o Encontro foi patrocinado pelo LiteraSampa, que utilizou os recursos repassados pelo Instituto C&A, em uma das linhas de

¹⁰ Notícia sobre o “Primeiro Encontro Municipal do Livro e da Leitura do Município de São Paulo”, no sítio na *internet* da LIBRE. Disponível em: <<http://libre.org.br/noticia/86/sao-paulo-promove-encontro-para-definicao-do-plano-municipal-do-livro-e-leitura>>. Acessado em 07/08/2017.

atuação do programa “Gostar de Ler”. A organização ficou a cargo dos membros do GD. O poder público, por meio da SMC, cedeu a Sala Adoniran Barbosa do Centro Cultural de São Paulo. Até aquele momento, o poder público só atuava em torno das articulações do PMLL, quando provocado, sem grande ênfase.

Ao final das intervenções, foi estabelecido o compromisso formal entre o poder público e a sociedade civil para a instituição, de maneira rápida, do Grupo de Trabalho (GT) para a elaboração do PMLL. O GT teria como base de sua composição os membros do GD, sendo ampliado com a participação do poder público.

Em abril de 2014, aconteceu a Primavera dos Livros¹¹ – outro evento organizado pela LIBRE – no qual foi assinado o protocolo do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca por Juca Ferreira (Secretário Municipal de Cultura) e Cesar Callegari (Secretário Municipal de Educação).

No dia 15 de maio de 2014, foi publicado convite no Diário Oficial da Cidade de São Paulo voltado à população em geral e às instituições mobilizadas para um encontro, a ser realizado na Galeria Olido (sede da Secretaria Municipal de Cultura), no qual as Secretarias Municipais de Cultura e Educação oficializariam a proposta para a criação do Grupo de Trabalho do PMLLLB.

3.1 O PROJETO DE LEI 168/2010

Em meados de 2010, o poeta e agitador cultural, Robinson Padial, mais conhecido como Binho, solicitou ao Vereador Antonio Donato (PT) que elaborasse um Projeto de Lei para tratar das questões relacionadas ao livro para a cidade de São Paulo. Nascido no município de Taboão da Serra, que faz divisa com o bairro de Campo Limpo, Zona Sul paulistana, Binho organiza, desde 2004, o “Sarau do Binho”¹² no lado paulistano da fronteira em que nasceu. Binho, é artista e militante das “franjas da cidade”, como vários deles se definem, artistas, produtores e militantes da cultura, que atuam longe do Centro Expandido¹³ paulistano.

¹¹ Programação da Primavera dos Livros, 2014, no sítio na *internet* da LIBRE. Disponível em: <<http://libre.org.br/noticia/254/veja-aqui-a-programacao-completa-da-primavera-dos-livros-sp-2014>>. Acessado em 07/08/2017.

¹² Blog do Sarau do Binho. Disponível em: <<http://saraudobinho.blogspot.com.br/>>. Acessado em: 07/08/2017.

¹³ O Centro Expandido da cidade de São Paulo é uma área da cidade localizada ao redor do Centro Histórico e delimitada pelo chamado minianel viário, composto pelas Marginais Tietê e Pinheiros, as Avenidas Salim Farah Maluf, Afonso d'Escragnoille Taunay, Bandeirantes, Juntas Provisórias, Presidente Tancredo Neves, Prof. Luís Inácio Anhaia Mello e Complexo Vila Maria. Verbete sobre o Centro Expandido publicado no sítio da

O Sarau do Binho, que reúne músicos, escritores e a comunidade da região para declamar poemas, cantar e discutir temas de interesse local ocupa juntamente com o sarau da Cooperifa¹⁴, liderado pelo poeta Sergio Vaz, no Capão Redondo, bairro da zona sul de São Paulo, o papel de os precursores da “cena dos saraus” na periferia de São Paulo.

Efetivamente, a partir de 2001, cada vez mais saraus têm sido organizados nas regiões suburbanas da cidade de São Paulo. Anualmente, o número tem se multiplicado, preenchendo o calendário e salpicando o mapa. Os saraus da periferia conformam um circuito atravessado por uma rede de frequentadores, que transitam de um bairro a outro sem levar em consideração as grandes distâncias geográficas, nem as distâncias que impõem a realidade do tráfico e da pobreza (TENINA, 2013, p.13).

Logo após o pedido de Binho, os assessores do vereador formularam um Projeto de Lei que tomou como base a Lei Federal nº 10.753 de 2003, a Lei do Livro¹⁵, que instituiu a política nacional para o livro no âmbito federal e foi a primeira lei na área do livro e leitura aprovada no período do governo Lula, uma das marcas do início do seu mandato no setor cultural, como apontado anteriormente.

O Projeto de Lei 168/2010 – a Lei do Livro de São Paulo – passou pelas três Comissões Regulamentares da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo (a Comissão de Finanças, a Comissão de Educação e Cultura e a Comissão de Justiça) e foi aprovado em primeira votação, no dia 12/12/2013. Sem perspectivas de que a Lei do Livro paulistana fosse aplicada na gestão Kassab, o Vereador Donato resolveu segurar temporariamente o PL, para retomá-lo em um momento político mais oportuno.

Após concluir sua passagem pela Secretaria Municipal de Governo, no final do ano de 2013 o vereador Donato retornou ao seu mandato na Câmara Municipal de São Paulo, e deu seguimento ao projeto PL 168/2010, retomando as discussões sobre o seu conteúdo, e um dos caminhos era o ouvir os escritores das periferias, a militância e os profissionais do livro e leitura na Cidade. Nesse sentido, o percurso já em curso do PL 168/2010 na Câmara Municipal e o processo participativo já iniciado pelo GD junto à sociedade traziam dois movimentos importantes para viabilizar o PMLLB. Os interesses de ambas as partes ficaram

internet Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_expandido_de_S%C3%A3o_Paulo>. Acessado em: 08/08/2017.

¹⁴ Fanpage do Cooperifa no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Cooperifaoficial>>. Acessado em 19/05/2016.

¹⁵ Lei do Livro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.753.htm>. Acessado em 07/08/2017.

esclarecidos na audiência pública que ocorreu, em 09 de junho de 2014, na Câmara Municipal, para debater a continuidade das discussões sobre o PL 168/2010.

Na reunião que ocorreu no dia 29/06/2014, no Centro Cultural São Paulo, duas importantes decisões foram registradas e formalizadas: a primeira delas foi a inclusão da literatura como o quinto eixo constitutivo do PMLLB e a segunda foi aprovação do regimento interno de funcionamento do GT.

O regimento que definiu a natureza e finalidade do GT foi elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas na Portaria Intersecretarial nº 01/SMC e SME, que havia sido publicada no Diário Oficial no dia 12 de abril de 2013. O regimento apresentou como principais objetivos: 1- elaborar o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca; 2- estabelecer a composição do GT (dividida entre representantes governamentais e entes não-governamentais); 3- indicar o funcionamento e a estrutura que estipulam as reuniões regulares, a obrigatoriedade de atas e relatórios e a publicização dos mesmos; 4- a instituição de um Plano de Ação e a possibilidade da criação de subcomissões para a execução dos trabalhos; 5-regulamentar um índice mínimo de assiduidade dos membros e as responsabilidades das entidades representadas.

A partir daquele momento o GD se dissolveu para dar espaço à necessária e esperada formalização do poder público no sentido de constituir um grupo de trabalho. A partir da portaria Nº 63/14 de 30 de agosto de 2014, assinada pelo Secretário Municipal de Cultura, Juca Ferreira, ficou constituído o Grupo de Trabalho (GT)¹⁶ para o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLB). A sociedade civil, que se apresentou como o ator principal desde o início do processo em 2012 com criação do GD, que se organizou através

¹⁶ **Coordenador:** Paulo Daniel Elias Farah (Diretor BibliASPA e Prof. USP); **Secretaria de Cultura:** Sueli Nemen Rocha e Waltemir, Jango Belli Nalles; **Secretaria de Educação:** Fátima Bonifácio e Norberto Jesuino Ribeiro do Valle Vieira (posteriormente substituído por Cristina Aparecida Reis Figueira); **Secretaria de Governo Municipal:** Carla Andreza Alves de Lima Thomé e Stella Verzolla Tangerino; **Secretaria de Direitos Humanos:** Aline B. Vicentim e Eduardo C. B. Bittar; **BibliASPA – Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul-Países Árabes:** Paulo Daniel Elias Farah e Janaína Elias; **Fórum Mudar São Paulo:** João Luiz Marques e Jeosafá Fernandes Gonçalves; **Sindicato dos Jornalistas:** Flávio Carrança e Denise Maria de Moraes Santana Fon; **Câmara Municipal:** Ricardo Queiroz Pinheiro e Maria Aparecida Perez; **SESC:** Ana Luísa Sirota de Azevedo e Francis Márcio Alves Manzoni; **SENAC:** Edson Feitosa e Cristiane Camizão Rokicki; **Editores e livreiros:** Haroldo Ceravolo Sereza e Francisco Ednilson Xavier Gomes; **Direitos da Pessoa Com Deficiência:** Naziberto Lopes de Oliveira e Flávio Augusto Werner Scavasin; **Bibliotecas Comunitárias:** Elani Tabosa do Nascimento e Abrãao Antunes da Silva; **Literasampa:** Bel Santos e Sueli Stipp; **GD (Grupo de Discussão) PMLL:** Maria Nilda Rodrigues Santos e Beto Silva; **Saraus:** Regina Tieko Furuya Pacheco e Fernando Ferrari (posteriormente por Fernando "Ruivo" Lopes); **Escritores:** Hamilton Faria e Marcelo Nocelli.

das interlocuções com os grupos de trabalhos de outros estados e municípios e dos insistentes pedidos junto ao poder público, ocupava expressivo espaço dentro do GT do PMLLLB.

3.2 OS ATORES

No histórico da construção dos planos municipais nas diferentes cidades do Brasil há sempre um destaque, uma característica para cada processo de elaboração, que pode ser intensificada pela força de um segmento ou pelo trabalho em conjunto. Em São Paulo, alguns fatores e atores se mostraram fundamentais para que o PMLLLB saísse do plano das ideias.

Há um importante destaque a ser feito: o inédito diálogo promovido pelo GD, e agora pelo GT entre os atores de segmentos que raramente se relacionam. Não é fácil juntar: a cadeia produtiva (editoras, livrarias, distribuidoras), os mediadores de leitura, as bibliotecas públicas e escolares, a cena de saraus, escritores marginais, projetos comunitários de leitura e as instituições do terceiro setor. São segmentos que não dialogam justamente pela falta de oportunidade e fóruns adequados.

A cena dos saraus e escritores periféricos e as bibliotecas comunitárias foram os dois segmentos que sobressaíram e trouxeram singularidade ao processo de elaboração do PMLLLB em São Paulo. O primeiro segmento pela força de sua produção e pelo ineditismo, e o segundo pela marcante presença e determinação de seus militantes desde o início do processo.

Não há como falar em livro e leitura na cidade de São Paulo na primeira década do século XXI sem destacar a cena dos saraus e a produção literária periférica. Assim como não há como ignorar a força das bibliotecas comunitárias em setores onde o Estado não consegue chegar. Decerto que, ao olharmos mais detidamente para esses dois destaques, perceberemos mais um capítulo da ausência das políticas públicas em relação a um segmento da cultura.

A cena dos saraus foi um dos elementos que tornaram o processo de construção do PMLLLB singular e representativo na cidade de São Paulo. Porém, o histórico da participação dos coletivos dos saraus no GT foi mais complexo e acidentado, ao repetir embates e disputas que existem dentro dos segmentos de cultura.

De acordo com Lopes (2016)¹⁷ e Tieko (2016)¹⁸ na primeira versão da composição do GT não havia representação da cena de saraus periféricos. Tieko (2016) afirma que ficou sabendo da existência do GD em uma reunião do Veio Ventania (programa de fomento da Secretaria Municipal de Cultura (SMC)) através de um dos técnicos da Secretaria que sugeriu que eles procurassem os integrantes do GD para que a cena dos saraus fosse inserida no processo.

Na sequência - por volta de maio de 2014 - aconteceu uma reunião dos coletivos de saraus que deliberou a participação da cantora e articuladora do sarau “Encantos e Utopias”, Regina Tieko em uma reunião formal do GD que aconteceu na SME no mês de junho de 2014 para levar as reivindicações suas reivindicações.

Na reunião houve a exposição do posicionamento dos coletivos de saraus e ficou decidido que o segmento teria representantes na formação oficial do GT, que viria a ser formalizado posteriormente. Na ocasião, os coletivos debateram a relação dos saraus com as bibliotecas públicas, a ausência da produção literária periférica nas estantes das bibliotecas, além de diversos pontos que já haviam sido discutidos no “Existe Dialogo nos Saraus”, encontro dos coletivos de saraus com gestores da SMC que havia acontecido em 12/11/2013 na Galeria Olido (sede da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo).

Os saraus de periferia se desenvolveram, longe dos lugares privilegiados da cultura, longe do centro, local onde estão instalados grande parte dos equipamentos culturais, e, também, do universo de especialistas na área acadêmica e da gestão pública. Ainda há outro fator relevante que incide nesse desconhecimento, que é a concentração das políticas e do campo decisório da cultura nas mãos das elites, a circulação das informações e o interesse de quem determina as políticas se restringem a uma faixa geográfica da cidade onde os poderes e as prioridades prevalecem.

A violência, a falta de solidariedade, as dificuldades de mobilidade (transporte público caro e ineficiente) faz com que as pessoas circulem menos nos meios urbanos, o que não quer dizer que elas se diluam, ao contrário, elas procuram espaços de intimidade doméstica e afetiva. Os saraus estão diretamente ligados a esses espaços de intimidade doméstica e ligação com a comunidade. (GARCIA_CANCLINI, 1987).

¹⁷ Entrevista concedida ao autor por Fernando “Ruivo” Lopes, educador, escritor e ativista dos direitos humanos em 22/02/2016.

¹⁸ Entrevista concedida ao autor por Regina Tieko, musicista em 17/02/2016.

Os saraus são um fenômeno essencialmente paulistano (que influenciou versões em outras metrópoles como Rio de Janeiro, Salvador), e mais que isso, da periferia da cidade, das chamadas franjas da cidade. Desde 2001, os saraus da periferia paulistana vêm articulando ações de incentivo à leitura, de estímulo à escrita e, principalmente, de uma mudança do fazer cultural, incorporando autogestão, produção e circulação, lastreado pela produção profícua da chamada literatura periférica.

Os saraus se organizam em espaços não usuais, fora dos lugares consagrados da cultura. Ao invés de estarem nas bibliotecas, nos centros culturais ou nas casas de cultura, os saraus se utilizam de bares, praças públicas, residências, onde a poesia e a música se encontram com as reflexões sobre a própria produção cultural, sobre a política e os diversos assuntos que envolvem as comunidades tais como violência, moradia, direitos humanos, saúde. Funcionam como elo de trocas da cultura, da cultura política e de diversos tipos de interesses comuns.

Os saraus funcionam como pontos de politização, em que a palavra não é apenas lúdica, fonte de prazer e expressão, mas, sobretudo, fonte de articulação e reinvenção. São espaços aonde novos sujeitos – individuais e coletivos, políticos e sociais – vão se construindo, por meio do diálogo, da troca, do conhecimento, e, principalmente, da certeza de ser com dignidade, lá onde a dignidade sempre foi negada. (REYES, 2013, p. 27).

Teninna (2013) afirma que a cena de saraus, no seu início, não estabeleceu relação com o Estado e seus equipamentos de educação e cultura. Os saraus começaram nos bares e ambientes privados da periferia e sem qualquer interlocução com quem decide e opera nas políticas culturais oficiais. As relações comunitárias e valorização da produção literária local são os ingredientes principais da cena dos saraus, o que torna a sua realização mais fluída e informal, como bem expressa o poeta Binho, líder do Sarau do Binho:

Sabe que é legal? E que tá se falando muita poesia hoje e as pessoas têm essa liberdade dos saraus, as pessoas vão lá pra falar, não importa nem como tá escrito no livro, as pessoas falam de memória, escrevem ali do jeito delas, com todos os erros que essa língua disputa, mas tá ali, tá falando. A própria periferia já tem essa coisa de estar junto: “tamo junto!”. Tamo já é singular e “junto é nós”, seria: “somos nós na periferia”. (TENINNA, 2015, p.333).

Os saraus são fenômenos culturais intrinsecamente ligados aos lugares onde eles acontecem, a construção do espaço simbólico é indissociável do fazer cultural, e aqui utilizamos o conceito de lugar na perspectiva de Leite (2004) como os espaços de

convergências simbólicas, que resultam de experiências compartilhadas mediante algumas possibilidades de entendimento sobre o que representam certos conteúdos compartilhados.

No geral, os saraus mantêm uma fidelidade com as origens, daí a importância das marcas locais: o bairro, as ruas, a vizinhança, os laços comunitários. Do ponto de vista do estilo, na poesia e na prosa apresentadas trazem uma influência marcante do movimento hip hop, também das tradições da “literatura negro brasileira”. Os saraus dialogam com os elementos da cultura popular urbana e da fala coloquial das periferias.

Os escolhidos da cena saraus para compor o GT do PMLLLB foram o professor e ativista cultural, Fernando Ferrari, um dos organizadores do Sarau da Vila Fundão¹⁹ que acontece no Bar da Vila Fundão no Capão Redondo e a musicista Regina Tieko que comanda o Sarau Encontro de Utopias em vários locais do centro de São Paulo.

Na segunda metade do processo de elaboração do PMLLLB, Fernando Ferrari foi substituído pelo escritor e educador popular, Ruivo Lopes, integrante do coletivo Perifatividade. Assim como no caso da cena dos saraus, não chegou ao conhecimento das entidades representativas de escritores a existência do GD e a mobilização em torno do PMLLLB. No momento de compor o GT do PMLLLB, esse vácuo foi preenchido e foram incluídos dois representantes dos escritores da cidade, o poeta e gestor cultural Hamilton Faria e o escritor Marcos Nocelli, indicados pela seção paulista da União Brasileira dos Escritores (UBE).

Um detalhe que não poderia passar despercebido, não há qualquer relação entre a seção paulista da União Brasileira dos Escritores e os escritores de periferia e a cena dos saraus, o desconhecimento é mútuo. As representações foram escolhidas em processos estanques, sem qualquer comunicação entre as suas partes.

Assim como os saraus da cena periférica, as bibliotecas comunitárias são segmentos da leitura e da escrita distintos na natureza e na abordagem de suas atividades, mas que apresentam semelhanças em relação a dois principais aspectos: a frágil interlocução com o poder público e em contraponto uma ligação sólida e orgânica e legítima com os lugares em que eles estão instalados. Eles são a confirmação de que a territorialidade é um importante parâmetro para a construção de políticas públicas.

Foi o coletivo de bibliotecas comunitárias, através do IBEAC que provocou as primeiras discussões acerca do plano na cidade, na origem do GD. Comparadas com as

¹⁹ Disponível em <<http://sarauvilafundao.blogspot.com.br/>> Acessado em 26/05/2016.

bibliotecas escolares e públicas, que compõem o quadro tradicional de equipamentos públicos de leitura, as bibliotecas comunitárias são o elo mais frágil em relação às ações do Estado. Sendo assim, não é por acaso que a articulação política do GD tenha sido proposta por iniciativa desse coletivo e de suas demandas e necessidades.

Segundo Machado (2008, p.145), ao pensarmos as políticas públicas voltadas para as bibliotecas públicas e escolares, devemos lembrar que essas políticas também devem incluir as bibliotecas comunitárias, as quais, não raro atuam nos locais e territórios onde estão as públicas e as escolares, atendem ao mesmo público e preenchem lacunas deixadas por estas.

A ausência de políticas públicas voltadas exclusivamente para as bibliotecas comunitárias é um dos indicativos da fragilidade de ações que viabilizem a integração dos espaços tradicionais com os espaços não convencionais do livro e leitura.

Não há coincidência no fato de as bibliotecas comunitárias e os saraus aparecerem como pivôs no histórico do PMLLB paulistano. Aliás, ambos os segmentos têm várias semelhanças no que se refere às dificuldades de interlocução com o poder público e a quase total ausência de políticas que estimulem ou fomentem suas ações. Ambos são exemplos da ausência e descontinuidade das políticas públicas (Rubim, 2008) e, para resistirem, contam com a insistência dos coletivos que os gerem e com a forte presença das comunidades em que estão inseridos para dar continuidade às suas atividades.

A importância de três instituições do terceiro setor para as articulações do PMLLB tem que ser destacada. São elas o LiteraSampa, o Fórum Mudar São Paulo e a Bibliaspa²⁰, fundamentais para a criação do GD e para engendrar os eventos que determinaram a aproximação com o poder público e a concentração de forças dos atores dispersos.

O LiteraSampa foi um dos projetos oriundos do Instituto Brasileiro de Estudos Comunitários (IBEAC), uma ONG que desenvolve projetos na área de educação e desde de 1993 trabalha em consonância com o programa EJA (Educação de Jovens e Adultos) especialmente na formação dos professores e nas atividades extracurriculares dos alunos. A parceria com o Instituto C&A é a base de sustentação das bibliotecas comunitárias que integram o LiteraSampa. A influência do Instituto no processo construção dos planos do livro e leitura nas cidades do Brasil vem da relação com esses equipamentos e projetos e atores

²⁰ A Biblioteca e o Centro de Pesquisa dos Países Árabes e da América do Sul (BibliAspa) funcionam, desde 2003, como núcleos de pesquisa nas áreas de migrações e deslocamentos, história antiga, moderna e contemporânea de países árabes (tanto da África quanto da Ásia), sul-americanos, africanos e islâmicos, história social e econômica, discussão de fontes históricas, escritas, orais e visuais.

locais. No que se refere à formação dos militantes e a articulação dos segmentos, ela se deu efetivamente através do Programa Prazer em Ler, promovido pelo Instituto, que se propõe a estimular a mediação de leitura e a construção de políticas públicas.

O Fórum Mudar São Paulo, como dito anteriormente, iniciou as suas articulações junto ao GD durante a campanha para a eleição do prefeito de São Paulo em 2012, mesmo assim, apenas ingressou formalmente no grupo no início de 2013. Um dos produtos do núcleo de livro e leitura do Fórum foi a criação do Clube de Leitura da Biblioteca Monteiro Lobato, que se reúne mensalmente desde 2013 com a proposta de ler e discutir criticamente autores brasileiros contemporâneos.

Também integrou o PMLLB o Sistema S (SENAC, SESC, SESI), que mantém redes de bibliotecas em suas unidades e desenvolve programas de formação de leitores e mantém cooperações regulares com o setor público. Desde início dos trabalhos do GD, o SENAC esteve representado e manteve essa representação no grupo de trabalho do PMLLB, o SESC também teve representante na composição final do GT.

No âmbito do poder público, a composição do GT compreendeu a criação de duas representações do Executivo – uma das Secretarias proponentes (Cultura e Educação) e outra das Secretarias parceiras (Governo, Direitos Humanos) que trabalham de forma transversal com ações de leitura. No caso do Legislativo, a indicação dos representantes ficou a cargo do mandato do Vereador Antonio Donato, não sem antes ser chancelada pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara Municipal.

A LIBRE, entidade representativa das editoras independentes, participou das atividades do GD para a articulação do PMLLB organizando seus próprios eventos e debates em parceria com o poder público. A maior parte das editoras que integram a LIBRE segue linhas editoriais fortemente marcadas por temáticas político-sociais, o que aproxima a entidade dos debates relativos às políticas públicas.

Por outro lado, as outras entidades do mercado editorial: a Câmara Brasileira do Livro (CBL), o Sindicato Nacional dos Editores do Livro (SNEL), a Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU) e a Associação Nacional dos Livreiros (ANL), não demonstraram nenhum interesse de compor o GT do PMLLB.

Logo após à formalização do PMLLB, no segundo semestre de 2014 ocorreram mais de 30 consultas em diversas instituições da cidade, envolvendo os diversos segmentos do livro e da leitura, a partir dos quais foram ouvidas, debatidas e registradas as demandas,

reivindicações e sugestões que serviram de subsídios para a composição do Plano e que viriam a compor o documento-base, apreciado e debatido nas plenárias regionais programadas para acontecer no primeiro semestre do ano vindouro.

A partir do mês de abril de 2015, aconteceram nove plenárias nas regiões norte, sul, sudeste, leste, centro e oeste com significativa presença do poder público e da sociedade civil. Foi interessante o encontro entre os trabalhadores da cultura, funcionários públicos (bibliotecários, professores, educadores) que atuam nas bibliotecas escolares e públicas dos bairros, locais tradicionais do livro e leitura, e os escritores, membros da cena dos saraus, líderes comunitários, ativistas. Ficaram explícitas as dissensões e a complementaridade dos discursos sobre demandas comuns e específicas que apenas o diálogo permite demonstrar.

No final das plenárias (Maio de 2015), foi constituída uma equipe dentro do Grupo de Trabalho do PMLLL B que ficou com a incumbência de separar por eixos temáticos o material colhido nas plenárias e preparar o texto final da lei, tendo como base, além das sugestões e relatos captados nas duas fases das plenárias (a segmentada e a regional), alguns itens colhidos nos planos de outras cidades. Aconteceram reuniões e debates em torno do material acumulado para a preparação do texto final.

O documento-base ficou pronto em meados de agosto de 2015 e foi entregue formalmente no gabinete do vereador Antonio Donato, que se comprometeu a levar o texto para apreciação e debate em audiência pública. Em 23 de agosto, aconteceu aquela que seria a última audiência pública do Plano na Câmara Municipal. Foram acrescentadas ao documento final algumas sugestões e o texto seguiu para a votação na Plenária da Câmara.

Em 26 de novembro de 2015, o texto do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PL168/2010) foi finalmente aprovado por unanimidade na plenária da Câmara Municipal, sem nenhuma modificação do conteúdo formulado pelo Grupo de Trabalho. Em 19 de dezembro de 2015, o prefeito Fernando Haddad sancionou a Lei e a cidade de São Paulo, enfim, teve seu plano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal desafio de descrever os trabalhos e a construção do PMLLL B foi compreender as articulações e ações de seus atores, dos diversos lugares da leitura: bibliotecas públicas, comunitárias e os outros espaços onde circulam os livros e a leitura. Ao desvelar a ação cultural e a política desses atores, surge um universo que pouco aparece ou

age nas minúcias do cotidiano, mas que é fundamental para entender as dinâmicas de avanço e retrocesso das políticas do livro e leitura.

Foram mais de três anos durante os quais a militância do livro e leitura da cidade se fez presente como protagonista, desde o início na pressão para que o Plano se tornasse realidade e na elaboração do próprio documento e da lei. Segundo Rubim (2013), foi exatamente o deslocamento de prioridades e a disposição em ouvir de forma ampliada a sociedade e torná-la um ator ativo e participante na construção das políticas que aproximaram a base de formulação das políticas públicas da gestão Gilberto Gil no MinC do conceito antropológico de cultura. Na prática, a intenção era expandir o número de segmentos, produtores culturais, artistas, de variadas formas de expressão contempladas pelas políticas públicas, e, dessa forma, ampliar as interlocuções do poder público com a sociedade.

O alargamento do diálogo Estado/Sociedade trouxe novas demandas e com elas surgiram novos problemas que antes não eram enfrentados, além dos históricos anacronismos acumulados: o orçamento limitado; as dificuldades de gestão; a relação com grupos que se autogeriam e trabalhavam na total informalidade; a formatação de ações e projetos que incluíssem modalidades artísticas que nunca foram contempladas pelas políticas públicas.

O PMLLLB colocou a área do livro e leitura e seus profissionais e militantes em uma situação inédita. Foi o marco legal precursor na cidade de São Paulo na área de cultura, no que se refere à participação social. Em todas as suas etapas o plano teve nas intervenções da sociedade a sua maior força, não há precedente em São Paulo na área cultura de algum plano que tenha sido construído com o protagonismo da sociedade civil.

Em que pese todas as dificuldades estruturais que o GT – e, da mesma forma, antes o GD -- enfrentou para realizar os trabalhos devido a negligências no setor público, imaturidade política dos grupos de pressão e incongruências orçamentárias, foram as plenárias temáticas e regionais que conferiram legitimidade e ineditismo ao plano. Os recursos faltaram, mas a voz da sociedade se mostrou presente.

Os diversos segmentos do livro e leitura em São Paulo tiveram a oportunidade de abrir um diálogo inédito e com o objetivo de formulação de uma lei. É o exercício daquilo que GARCÍA_CANCLINI (1987) chama de democracia cultural, quando diversos atores (não

apenas da elite estatal ou artística) tem a oportunidade de participar e intervir diretamente na formulação das políticas culturais.

REFERÊNCIAS

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. **Vozes marginais na literatura**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

GARCÍA-CANCLINI, Néstor. **Políticas culturales en America Latina**. Cidade do México: Editorial Grijalbo, 1987.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Unicamp, 2004.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. 179 f. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

REYES, Alejandro. **Vozes dos porões: a literatura periférica/marginal do Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano 2013.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.); BAYARDO, Rubens (Org.). **Políticas culturais na Ibero-América**. Salvador: EDUFBA, 2008.

TENNINA, Lucía. Saraus das periferias de São Paulo: poesia entre tragos, silêncios e aplausos. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 42, p. 11-28, 2013.

TENNINA, Lucía et al. **Polifonias marginais**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2015.